

EDUCAÇÃO: OS NOVOS DESAFIOS DA UNIVERSIDADE

Por **Alexandre Nicolini**

Coordenador do Curso de Administração da Universidade Cândido Mendes e Doutorando em Administração pela UFBA

E-mail: nicolini@ucam-campos.br



A UNIVERSIDADE E A VIDA ATUAL: FELLINI NÃO VIA FILMES

De Renato Janine Ribeiro

Rio de Janeiro: Campus, 2003. 211p.

Conta-se que Thomas Edison admitiu, certa feita, que descobrira 100 maneiras erradas de inventar a lâmpada, antes de finalmente lograr seu intento. Essa passagem curiosa apresenta algumas relações com o livro *A universidade e a vida atual: Fellini não via filmes*, de Renato Janine Ribeiro. O autor, professor titular de Ética e Filosofia Política na USP, foi membro do conselho deliberativo do CNPq e secretário da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e acumulou experiência suficiente para discutir a universidade do ponto de vista de quem a constrói todos os dias. Não se propôs, nesse livro, a dar uma receita pronta de universidade. Tal como Edison, compartilha conosco suas descobertas daquilo que a universidade não deve ser e indica possíveis caminhos na busca de um modelo mais público e ousado.

Algumas inquietações encontrarão ecos diferentes em diferentes leitores. O livro não se propõe a ser prescritivo, mas antes contém interpretações

de uma realidade na qual estamos inseridos. Dessa forma, cada leitor lerá uma mesma mensagem de maneira distinta. O melhor, no entanto, é passear pelas reflexões do autor, desfrutar do seu grande conhecimento do tema e saborear sua boa prosa.

O aluno deve ser preparado para o desconhecido

Formar gente para inovar significa romper com os métodos tradicionais de ensino aos quais estamos habituados. Durante décadas, aprender estava relacionado a absorver um conjunto de saberes necessários ao exercício profissional. Embora ainda não tenhamos aberto mão dessa visão, incorporamos outra, a de que é fundamental aprender a aprender para acompanhar a rápida evolução da nossa área. O autor nos propõe uma terceira visão: aprender a desaprender.

As novas exigências de formação contrastam com o que se espera dos estudantes: que eles tenham certeza

das suas metas profissionais, que escolham sua carreira de acordo com o desenvolvimento do mercado de trabalho. Essa aposta no futuro é descaída: quem poderá prever o sucesso desta ou daquela profissão ao longo de toda uma vida, ou mesmo transcorrido o tempo necessário entre a escolha da carreira e sua formatura? Seria melhor formar pessoas para a mudança, para o enfrentamento de todas as crises, para evoluir ao longo de sua vida profissional, para transigir entre os vários campos de conhecimento, para saber apostar nas suas competências, para desaprender o que não mais interessa. É importante, nesse processo, que o aluno aprenda a explorar seus desejos e pendores.

A universidade erra se passa para o aluno a impressão de que um curso de graduação pode garantir segurança para o futuro, com o mercado tão incerto e fluido. Levar em conta esse mercado de trabalho, hoje, significa não levar em conta o mercado de trabalho.

A universidade deve abrir suas próprias fronteiras

A definição das carreiras, e consequentemente das áreas de formação, é problema que aflige os alunos e termina por preocupar os administradores acadêmicos. O aluno rejeita a idéia de uma formação cada vez mais estreita, pois isso não corresponde ao mundo em que vive, e assim não corresponde aos seus interesses. Entre outras causas, o autor sustenta que a evasão é resultado do próprio modelo de universidade dividido em formações estanques.

Talvez o papel de ensinar as coisas estreitas, necessárias à atuação do futuro profissional, deva ser delegado ao próprio mercado de trabalho. A universidade se ocuparia das coisas amplas, atemporais, que farão diferença. Pensaria as relações entre a graduação e a formação profissional, ensinaria os fundamentos, analisaria “o que dá sentido a viver, a pesquisar, a fazer ciência, a formar gente, a fazer cultura”. Formaria pessoas num sentido mais amplo, mas não entraria no detalhe daquilo que o mercado – e a vida – profissional pode suprir. A universidade passaria a ser um espaço de criação e liberdade, e não um clone do mercado.

A universidade deve se arriscar, e devemos pagar o preço da ousadia

Uma universidade que se proponha a criar e a inovar obrigatoriamente vai ter que trilhar novos caminhos, nunca percorridos. A pesquisa é importantíssima, apesar de em boa parte das vezes – talvez a maioria delas – seu esforço resultar em nada. Isso implica que não podemos orçar pesquisas sem o risco inerente de uma quebra desse cálculo. Mas nem por isso significa que devemos desperdiçar recursos, e sim assumir o custo verdadeiro da inovação. O risco, porém, não se manifesta apenas no lado financeiro.

Devemos também formar pessoas para assumir riscos acadêmicos. Seminários ou grupos de discussão sobre bibliografias de referência, por exemplo, podem libertar a reflexão ou até-la a modelos já constituídos, a terrenos conhecidos. Nesse segundo caso, porque é inevitável o medo da novidade, mas ele não pode superar a “libido de conhecer” nem esvaziar “o desejo de pensar”. Outros métodos de trabalho já se fazem necessários.

A formação deve abrir espaço para experimentação

Abdicando da segurança e assumindo riscos em prol de uma universidade inovadora, parece razoável que devamos multiplicar as experiências acadêmicas. Nesse intuito, o autor nos apresenta os fundamentos do projeto do Curso de Humanidades da USP. Essa idéia está baseada na universidade como espaço de experimentação, de interação com um mundo que está sempre se transformando. Reforça o que a universidade faz de melhor, ajustando o foco do seu trabalho; repensa a concepção da estruturação das atividades acadêmicas; discute visões de mundo.

Fellini não via filmes

Fellini disse certa vez que assistia a poucos filmes. Inspirava-se na leitura, e da frequência na outra linguagem traduzia para a sua. Talvez a universidade precise de mais Fellinis, de uma linguagem menos *interna corporis*, de se fechar menos em si. Ela deve absorver outras linguagens e saber chegar a um público não apenas acadêmico.

Daí decorre um questionamento para todo o sistema universitário. A avaliação entre pares, por exemplo: estando os avaliadores submetidos aos mesmos paradigmas, não deverão eles reiterar um caminho já assumido? Não seriam as revistas científicas es-

pecializadas lidas quase com exclusividade pelos pesquisadores naquela área de interesse? As associações nacionais de pesquisa e pós-graduação, embora aumentem a interlocução entre os pesquisadores, não tenderiam a fechar ainda mais a área? Não estariam as agências de fomento reclamando em vão da falta de interdisciplinaridade, na medida em que apóiam os periódicos científicos e as associações científicas?

Assim sendo, é necessário transpor a barreira da linguagem, entre outras. A ciência não existe para si mesma, mas para o mundo. Aqui entra, então, o questionamento: ciência para quem?

Finalmente: a universidade pública deve se tornar pública

Segundo o autor, fazemos confusão ao associarmos o dever do Estado em garantir uma boa educação com o de assegurar a gratuidade desse ensino. O primeiro garante a igualdade e a oportunidade de todos em ter essa educação. A gratuidade associada então significaria que todos devem ter o ensino a expensas do Estado. Será esse o mais importante conceito de público?

Por público talvez devamos entender que os seus resultados devam ser difundidos por toda uma sociedade. Não apenas divulgando os resultados da atividade acadêmica numa via de mão única, mas incluindo cada pessoa da sociedade que, em última análise, financia a universidade pública. Incluir essa pessoa “rigorosamente leiga, totalmente extramuros”, ampliará naturalmente a comunidade para qual a universidade fala. Mas quem é mesmo essa terceira pessoa? É a pessoa da qual sempre fala a universidade, aquela que se estuda. E talvez seja essa a lembrança mais importante do livro: se quisermos transformar a universidade, podemos começar pelo fim.